

# A LINGUAGEM CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DISCURSOS, CULTURA E IDENTIDADE – “O CONFLITO ENTRE INDÍGENAS E FAZENDEIROS NA REGIÃO DE DOURADOS/MS”.

*THE LANGUAGE OF SCIENCE GEOGRAPHY: SOME  
CONSIDERATIONS SPEECHES, CULTURE AND IDENTITY  
- “CONFLICT BETWEEN INDIGENOUS AND FARMERS IN  
REGION DOURADOS / MS”.*

*LENGUAJE CIENTÍFICO DE GEOGRAFÍA: ALGUNAS  
CONSIDERACIONES SOBRE LOS DISCURSOS, CULTURA  
E IDENTIDAD - “CONFLICTO ENTRE INDÍGENAS Y  
AGRICULTORES EN LA REGIÓN DOURADOS/MS”.*

**JOSÉ LAZARO ALONSO JUNIOR**

Mestre em Geografia pela UFGD

**bilalonso@yahoo.com.br**

**RESUMO:** Este artigo no caso aqui proposto, é decorrência de pesquisas desenvolvidas no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas<sup>1</sup>, o qual visa exercitar outras perspectivas de análises e de referenciais teóricos sobre temas pertinentes aos estudos geográficos, fazendo uso, para tal, do diálogo e contatos com as demais áreas do saber, sejam filosóficos, artísticos ou, como no caso aqui, científicos. Destaca-se nesse artigo a possibilidade de contribuição geográfica ao estudo sobre a problemática do conflito de terras entre indígenas e fazendeiros que vem mobilizando a sociedade do município de Dourados e do estado do Mato Grosso do Sul.

**Palavras – chave:** território; identidade; discurso; cultura; geografia.

**ABSTRACT:** This article is a result of researches developed within the Geographical Languages Research Group, whose aims are to work with other perspectives of analysis of theoretical references related to the topics about geographical studies, using the dialogue and

<sup>1</sup> O Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas está sediado na cidade de Presidente Prudente/SP, tendo vínculo com a Universidade Estadual Paulista e é coordenado pelo professor Dr. Cláudio Benito Oliveira Ferraz. As ações e pesquisas do grupo apontam para um enriquecimento da leitura geográfica, notadamente quanto à pertinência de se ampliar os fundamentos epistemológicos do entendimento sobre conhecimento científico e ensino dos referenciais geográficos.

contacts with other areas of knowledge, whether artistic , philosophical or, in this case, scientific. This article highlights the possibility of geographical contribution to the study on the problematic of conflict of land among indigenous and farmers that comes mobilizing the society of the city of Dourados and of the state of Mato Grosso do Sul.

**Key-words:** territory; identity; speech; culture; geography.

**RESUMEN:** En este artículo, en el caso aquí considerado, es a través de la investigación desarrollada en el Grupo de Investigación Geográfica Idiomas, cuyo objetivo es elaborar otras perspectivas de análisis y marcos teóricos sobre las cuestiones pertinentes a los estudios geográficos, haciendo uso, en este sentido, el diálogo y los contactos con otras áreas del conocimiento, ya sea filosófico, artístico o, como en el caso aquí, científico. Destaca en este artículo la posibilidad de contribución geográfica al estudio sobre el problema de los conflictos de tierras entre indígenas y campesinos que moviliza a la sociedad del condado Dourados y el estado Mato Grosso do Sul.

**Palabras clave:** territorio; identidad; discurso; cultura; geografía.

## INTRODUÇÃO

O fato de ser entre-lugar, o Mato Grosso do Sul é a possibilidade de acontecimentos, diversidade de leituras e vivências territoriais, que mutuamente se tensionam, se negam, se confluem, e se recriam (FERRAZ, 2010); no caso aqui, dando ênfase a questão da identidade, a partir das relações presentes nessa região fronteira, tendo como análise o conflito entre as tradições da cultura, no caso a indígena, com os interesses econômicos de um mercado capitalista, representado por fazendeiros; no momento em que a globalização da cultura e dos padrões de comportamento são uma tendência mundial.

Na chamada pós-modernidade, modernidade tardia, ou qualquer outra denominação dada às transformações que atualmente estão ocorrendo na sociedade em âmbito global, percebemos a necessidade de repensarmos nossas posturas científicas e valorizarmos as linguagens que, a partir da introdução da ciência nas bases do pensar moderno, foram negligenciadas ou silenciadas em prol de um discurso generalizante e sistematizador da verdade.

O enfoque geográfico do exercício de referenciais culturais, no processo de produção de sentido, e identidade espacial, pelos grupos em conflito, repercute em leituras mais ricas e necessárias das abordagens geográficas, fazendo-se necessário uma discussão sobre a linguagem científica da Geografia. Reforça-se aqui a questão da abordagem espacial que o discurso científico da Geografia possui como elemento fundamental para sua maior divulgação social, o que justifica, diante de um tema tão polêmico como este, que mobiliza a sociedade de Mato Grosso do Sul, um estudo geográfico que incorpore referenciais e enfoques inovadores como cultura e identidade territorial.

## **SOBRE LINGUAGEM E DISCURSO CIENTÍFICO**

A linguagem é o meio no e pelo qual vivemos o mundo, não está separada deste, pois ao significá-lo, ao interpretá-lo e ao incompreendê-lo, expressa o modo do mundo ser. Ela, a linguagem, não pode ser transformada num objeto passível de ser definida em separado do mundo humano, numa ilusão de verdade atingida por meio de conceitos que se encontram fora das coisas, inclusive o próprio ser e o pensar. É o mistério, a sombra do conhecimento. Mas a linguagem, conforme a escala mais imediata de necessidades, pode ser empregada para analisar fenômenos enquanto coisas e objetos, mas eles não se desvencilham da vida, apenas tomam conotações outras em meio à diversidade de experiências.

Assim sendo, podemos afirmar que ao investigarmos a linguagem estamos investigando igualmente a sociedade da qual ela é linguagem, o contexto social e cultural na qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade” desta comunidade; e desta forma pode-se dizer que não há uma separação radical entre “linguagem” e “mundo” já que a “realidade” é construída exatamente pelo modo como aprendemos a linguagem e a usamos (MARCONDES, 2000, p.17-18).

Tal forma de compreender a linguagem, no nosso caso a linguagem científica da Geografia, não é a majoritariamente praticada nos meios acadêmicos, escritórios de planejamento, assim como nas aulas e livros didáticos. A concepção que referencia o discurso geográfico hegemonicamente exercitado atualmente, não importa qual referencial metodológico seja empregado, parte do pressuposto de uma distância entre o especialista que sabe como pensar o objeto pensado, sendo que através de um referencial metodológico preciso, atingirá a verdade essencial do fenômeno observado.

Contudo, conforme as palavras acima citadas por (MARCONDES, 2000), a Geografia, enquanto linguagem que tem algo a dizer para o Homem e não para a verdade em si, está embrenhada no contexto da vida e não é estranha ou distante da mesma. O sentido geográfico elaborado pelo discurso desta ciência se dá ontologicamente enquanto acontecimento imanente da espacialização das relações humanas e não numa concepção a priori e transcendental às condições com que o viver acontece.

No processo de institucionalização da ciência em geral, e da Geografia em particular, a tendência a especialização dos estudos a partir de elaboração de metodologias específicas para serem aplicadas conforme o fenômeno, temos que o estudo se apresentava numa ordem dicotômica, ou seja: como biológico ou inorgânico, natural ou social, mineral ou vegetal etc. Essa forma de abordar os diversos elementos estruturadores do universo se reverberou nos estudos geográficos em dois grandes ramos. De um lado, o que aborda os fenômenos em sua dinâmica espacial a partir do ritmo temporal da natureza. De outro, os fenômenos que seguem o ritmo do tempo das relações humanas.

A linguagem científica da Geografia é cindida entre uma ontologia do ser natural, e outra do ser social, buscando cada uma a hegemonia de sua concepção metafísica de verdade. Essa esquizofrenia epistemológica da Geografia a faz digladiar entre o sentido de ser ciência

se encontrar na exatidão das análises em bases matemáticas, que são mais pertinentes ao abordar os fenômenos de ordem físico-natural, ou o sentido científico geográfico encontra-se no rigor racionalizante do discurso logicamente articulado para enquadrar as relações humanas. A questão é que tanto uma perspectiva quanto a outra se entendem como Geografia científica a partir do atendimento preciso, em bases rígidas e não contraditórias, ao que a ordem estatal almeja enquanto processo de planejamento para a mais eficiente administração territorial, assim como dos conteúdos necessários a serem trabalhados em sala de aula.

Em ambas permanece a distância sujeito/objeto e a busca por padrões de semelhanças para posterior generalização da verdade única dos fatos, só que partem de perspectivas diferentes, com metodologias diferentes, com parâmetros ontológicos diferentes. Uma mesma ciência com dois discursos epistemologicamente estranhos. Essa esquizofrenia do discurso científico inviabiliza a realização de um conhecimento que, mesmo empregando ferramentas metodológicas diferentes em conformidade com o fenômeno, tenha como parâmetro uma postura comum de articulação de seu discurso epistemologicamente elaborado, estabelecendo um referencial ontológico unívoco em relação a diferencialidade múltipla do mundo.

Enquanto linguagem geográfica, não se pode ter uma forma de ler a espacialização da física natural diferente da espacialização da física humana, pois o fenômeno da espacialização se funda no encontro homem/mundo, do pensar que produz o mundo em pensamento. As coisas se espacializam, mas é o Homem que assim estabelece o sentido dessa espacialização. Ela, a espacialização de algo, não se encontra transcendental ao contato humano que a interpreta, é imanente a esse encontro.

Insistir em uma abordagem das físicas em separado, com epistemologias próprias<sup>2</sup>, só tem sentido para a prática de um pensamento controlador, pragmaticista e generalizante, que não se volta para uma melhor compreensão do mundo atual a partir das necessidades essencialmente humanas; mas se subsume aos interesses estranhos a vida humana, voltando-se para as necessidades de controle e gerenciamento territorial, seja por parte do Estado, em suas diversas escalas de atuação, ou necessidades das grandes corporações econômicas (FERRAZ, 2010).

Utilizando ainda das palavras de Ferraz (2010), temos que a linguagem geográfica visa contribuir para que o ser humano melhor se localize e se oriente no mundo de hoje, a partir das complexas formas em que a vida acontece em suas diferentes escalas e territorialidades. O uso de técnicas e ferramentas teóricas pode contribuir, mas em si, esses instrumentais e referenciais não se caracterizam a priori como geográficos, o sentido geográfico se dá a partir da forma como são lidos e interpretados ao se abordar os fenômenos produzidos, vivenciados e observados.

---

<sup>2</sup> O que aqui estamos definindo por epistemologia é o conjunto de pensamentos e processos que se articulam para estabelecer a produção de conhecimento científico. A epistemologia, portanto, reflete e ao mesmo tempo delimita o como cada ramo científico se identifica com uma área que produz determinado conhecimento a partir de seu contexto comum e singular, reverberando tal identidade em seu discurso e estrutura conceitual. Isso significa que mesmo empregando metodologias diferentes para aspectos diversos da realidade, mesmo que se fundamente em métodos específicos para dada característica do fenômeno estudado, a epistemologia com que se fundamenta essa abordagem científica tem que estabelecer certa unidade comum de discurso e de entendimento dos seus conceitos. Tal unidade não ocorre entre a Geografia que se diz física e a que se autodenomina humana (FERRAZ, 2010).

Essa questão da linguagem comum para organizar os referenciais de abordagem da diversidade do mundo por um discurso que se diz científico, torna-se crucial para a Geografia, que visa, portanto, não mais a coerência lógica do discurso em si, diante de um modelo de se fazer a verdadeira ciência, mas de um conhecimento que contribua de fato com uma melhor leitura da dinâmica escalar das relações espaciais a partir de formas mais conscientes, críticas e criativas de se localizar e se orientar no mundo partindo de onde o ser humano se encontra. Não se entende o geográfico aqui, como um método rigoroso e científico, que estabeleça o conjunto de semelhanças que permita a generalização dos aspectos representacionais em bases da lógica matemática, das ciências físicas, químicas ou biológicas; também não se entende geográfico aqui, o conhecimento que apenas revele a verdade oculta pelas aparências sociais das relações humanas a partir do rigor lógico-dedutivo de métodos baseados em referenciais sociológicos, históricos, antropológicos etc.

Não é o método empregado a partir de uma concepção epistemológica de ciência físico-matemática, nem é o método baseado numa epistemologia de ciência social-histórica que define o conhecimento geográfico, mas sim uma concepção de discurso científico pautado no encontro do Homem com o mundo. Nesse encontro, acontece o mundo em pensamento; portanto, não visamos aqui a busca por semelhanças para posterior generalizações, mas procuramos identificar as diferenças para criar novas potencialidades interpretativas, outros sentidos que abram novas perspectivas para o Homem se entender no mundo (DELEUZE & GUATTARI, 1992). A Geografia, assim, se articula em uma epistemologia que potencializa seu discurso e conceitos estruturadores, numa abordagem capaz de auxiliar os homens melhor se localizarem e se orientarem no mundo partindo do lugar em que se encontram. Eis a nossa postura aqui assumida.

Contudo, para melhor compreender a pertinência dessa necessidade discursiva comum a um determinado ramo do saber científico, e de como esse discurso se gesta no contexto do meio social em que a necessidade do mesmo se coloca, resgatam-se algumas ideias dos estudos linguísticos sobre a questão. Na perspectiva linguística, verifica-se que o sujeito-autor não é livre, ele está assujeitado ideologicamente<sup>3</sup>. Portanto, a liberdade de se expressar e de defender valores e ideias, na verdade, não acontece de fato: o indivíduo está submetido às relações concretas do cotidiano, do inconsciente e à estrutura da própria língua.

Pode-se dizer, então, que toda ciência enquanto tentativa de explicar o real é de natureza discursiva, uma vez que possui uma estrutura argumentativa e uma elaboração conceitual que são por natureza linguísticos (MARCONDES, 2000, p. 145).

Para uma discussão no âmbito discursivo, entendemos que os discursos não são harmônicos e frutos de um evoluir progressivo rumo a sempre melhor elaboração do mesmo. Nos discursos, tanto científicos quanto cotidianos, midiáticos, pedagógicos etc., os conflitos de ideias, valores, posturas, atitudes, desejos e incompreensões provocam as tensões, os buracos

<sup>3</sup> "Ideologia" se define classicamente de acordo com dois elementos: uma função valorativa, normativa, diretiva que corresponde aos interesses de um grupo ou classe dominante numa sociedade; e o ocultamento desta função e de sua origem, produzindo-se uma ilusão de objetividade que de resto é indispensável para que a ideologia exerça sua função diretiva" (MARCONDES, 2000, p. 29).

e respostas contingenciais conforme a situação e os objetivos, conscientes ou não em disputa. Nessa tensão, muitas vezes podem ser abafadas nos percursos em conflito, assim como nem ouvidas, conforme o poder e a força dos que tentam articular as regras do jogo.

Aí se perde a profundidade das múltiplas posições, criando-se uma paisagem uniforme a partir da visão dos que detém a hegemonia dos meios comunicativos, restando apenas para os que não aceitam essa visão serem reconhecidos pelas forças hegemônicas como oposição; delineiam-se, assim, apenas ambiguidades a partir de uma perspectiva cultural, do olhar dominante. Há, nesses espaços discursivos, rituais que permitem ou não a penetração do sujeito nos discursos, porque apenas algumas categorias de sujeitos têm acesso a determinadas posições. Para tanto, o discurso de um, sempre estará marcado pela presença do discurso do outro, entendido aqui como um discurso pré-existente que é apenas repetido e reafirmado pelo sujeito.

Foucault (1996) mostra como a produção do discurso, em todas as sociedades, é controlada, redistribuída e organizada por procedimentos que “*têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade*” (p. 9). Entretanto, dizemos que o discurso não é apenas o que oculta ou manifesta o desejo, mas também o objeto deste desejo; não é somente a tradução de sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta.

Todo discurso está relacionado a efeitos de poder, os quais, por sua vez, constituem uma “política de verdade” em cada sociedade. Todo saber está, de alguma forma, ligado ao exercício de um poder; as formas do poder se exercer nos trazem um saber; o discurso de uma época não vem sozinho. São os tipos de discurso que a sociedade acolhe e faz circular como verdadeiros e que funcionam como uma verdade coletiva: “[...] *poder e verdade estão ligados numa relação circular*” (GORE, 1994, p. 10). Os tipos de discursos aceitos que funcionam como verdadeiros garantem a manutenção do poder em suas práticas discursivas.

No caso do discurso científico, a Geografia, quando se consolida como conhecimento científico, selecionou aspectos da paisagem percebida e tentou organizá-los em determinados padrões classificatórios pertinentes para com os interesses e possibilidades de administração e controle do território pelo aparato técnico, jurídico e político do Estado-Nação. Pinheiro (2010) diz que nesse caso o olhar volta-se para pensar a questão nacional e dos objetos de regulamentação das relações praticadas segundo uma lógica econômico-administrativa hegemônica, a qual subsumia os diversos agentes sociais em nome do desenvolvimento, notadamente o econômico. A Geografia, com poder de estabelecer o sentido único e verdadeiro do processo de controle e gerenciamento do território por parte do Estado, acabou contribuindo para a consolidação do “[...] *status de discurso científico, portanto, eficiente, objetivo, exato, totalizante, não contraditório e absolutamente verdadeiro*” com que passou a se entender o espaço nacional e as formas políticas de ordená-lo; assim, “[...] *sacrificou toda uma diversidade de conhecimentos em prol do que oficialmente passou a ser considerado como geográfico*” (FERRAZ, 2001, *apud* PINHEIRO, 2010, p. 22).

Compreendemos que o conhecimento geográfico necessário, condensado em um projeto científico, não pode mais se contentar, se restringir a elaborar representações do real pautado na formalidade Lógica<sup>4</sup> e na Metafísica<sup>5</sup> da verdade em si; um saber científico atualmente deve identificar seus limites, suas principais problemáticas e, se possível, tecer considerações que possibilitem um repensar destes elementos perante as atuais necessidades cotidianas do Homem e da sociedade.

Diante disso, torna-se inviável, perante a dinâmica e complexidade do mundo atual, querer elaborar conhecimento científico pautado em apenas uma metodologia, ou fundamentar os resultados de suas atividades a uma coerência lógica do discurso, sem se ater para a pertinência desse discurso caminhar ao encontro do mundo, ao invés de se impor a esse a partir da não contradição lógica de seus enunciados. Não é mais possível acreditar no desvendar uma única verdade absoluta e essencial das aparências enganosas com que se observa e vive o mundo, pois o mundo é também verdadeiramente aquilo que observamos e vivemos.

Ferraz (2010) diz que a verdade não é algo absoluto, mas isso não significa que ela seja relativa a cada um. A verdade é o que socialmente foi produzida como resposta necessária para aquelas condições dadas; se encontra num jogo escalar tempo-espacial. É verdade quando atende às necessidades em conformidade à escala e aos fenômenos. O autor dá o exemplo do nazismo que foi concebido como uma verdade para uma coletividade em determinada relação de escalas temporal e espacial; essa verdade se chocou espacialmente com a verdade de outros grupos humanos, mas se impôs hegemonicamente como única no contexto daquele território que, com as próprias dinâmicas sócio-espaciais, se transformou e construiu outras verdades colocadas como mais pertinentes hegemonicamente. Isso não significou que a crença em alguns elementos dos referenciais nazistas foram eliminados, mas que o sentido de verdade de seus enunciados deixaram de ser hegemonicamente praticados. Hoje, portanto, todos aqueles que praticam ou manifestam os referenciais nazistas são tidos como errados, que estão cometendo um grave erro. E majoritariamente nós cremos nisso como verdade inquestionável.

Para a Geografia, portanto, o sentido da verdade a ser elaborada se encontra na capacidade de se ler a ação local e entender a esta no contexto da interação de escalas dos fenômenos que ali se manifesta com dada forma e característica. A verdade aí acontece e se apresenta no devir com outros sentidos, para além do relativo e do absoluto, a que todo relativo almeja ser.

---

<sup>4</sup> Um dos principais papéis do emprego da Lógica para a Filosofia é o de garantir que nosso pensamento proceda corretamente a fim de chegar a conhecimentos verdadeiros e claros. Essa compreensão se pauta na crença da identificação entre o correto argumentar com a certeza do pensar sobre o mundo, portanto, a palavra, escrita ou falada, reproduz a lógica exata do real. Se a lógica que baseia nosso discurso sobre o mundo for baseada num pensamento retilíneo, sem contradições ou dubiedades, a verdade se expressará de forma inquestionável (DELEUZE & GUATTARI, 1992).

<sup>5</sup> Metafísica: ramo da filosofia que estuda o ser enquanto essência das coisas e da realidade. O ramo central da metafísica é a Ontologia que investiga em quais [categorias](#) as coisas estão no mundo e quais as relações dessas coisas entre si. A metafísica também tenta esclarecer as noções de como as pessoas entendem o mundo, incluindo a [existência](#), [espaço](#), [tempo](#), [causalidade](#), e possibilidade das coisas acontecerem enquanto verdade essencial (FERRAZ, 2010).

A verdade, partindo desse entendimento, não será revelada a partir do desmascaramento das aparências, pois não existe uma verdade essencial em sua pureza e eterna em seu sentido único que precisa ser encontrada. A verdade não se encontra a priori estabelecida, mas ela se faz a partir da organização de imagens e palavras, de ações e ideias, de relações e posturas necessárias para determinada condição, lugar e momento, numa interação de escalas dos fenômenos articulados na elaboração de sentidos viáveis para o mundo observado, pensado e vivido. Assim, um conhecimento científico se torna pertinente e viável, tanto para a produção de significados como para a formação de indivíduos capazes de melhor se orientar e se localizar no mundo.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA E IDENTIDADE: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL ATRAVÉS DO “OUTRO” - O CASO DO MATO GROSSO DO SUL

A cultura está intimamente relacionada às representações, imbuída de significados e de valores que permitem gerar novos olhares sobre o conceito de identidade entre os diversos indivíduos e grupos humanos em torno do lugar, o que se manifesta por intermédio das construções compartilhadas socialmente e que acabam sendo expressas espacialmente.

Cultura tende a ser lida e interpretada como a manifestação da diversidade de elementos e fenômenos, muitos dos quais conflituosos, que representam *o(s) modo(s) de vida*<sup>6</sup> de uma sociedade, o que neste caso inclui não somente a produção de objetos materiais, mas um sistema de valores éticos e morais, com todo um arranjo simbólico que se reverbera no imaginário humano (FERRAZ, 2007).

Nosso entendimento caminha na direção das palavras de Ferraz.

Não existe Geografia Cultural enquanto tal, assim como não existe Geografia Humana, Física etc., o que existe de fato é a realidade em sua diversidade de manifestações e fenômenos, os quais podem ser interpretados pela organização discursiva e linguística de cada ciência. Portanto, as manifestações e práticas culturais podem ser estudadas por diversos ramos do saber, incluindo-se aí a Geografia, mas isso não significa que exista uma coisa, uma entidade ou expressão da realidade que seja a “Geografia Cultural”. Essa denominação visa mais atender uma necessidade de especialização e burocratização institucional da pesquisa científica do que delimitar a existência de um fato em si (FERRAZ, 2007, p. 32).

---

<sup>6</sup> O conceito de “modos de vida”, assim como seus congêneres “estilo de vida”, “gêneros de vida” etc., é vago, passando pelas leituras advindas da antropologia, sociologia, história cultural, psicologia social e demais áreas afins. Vamos aqui tomá-lo no sentido mais amplo possível, não limitando apenas às “práticas, estruturas e representações” (GUERRA, 1993, p. 59) de determinada comunidade, mas, partindo do sentido espacial em que as relações humanas se manifestam, pensar o mesmo por meio da dinâmica escalar dos fenômenos vários que acontecem nos lugares em que a vida humana se tensiona. Nesse sentido, os “atores sociais”, para além da cisão sujeito/objeto, os atritos entre o tempo histórico e o tempo cotidiano, com as diferentes perspectivas objetivas e subjetivas de ler/vivenciar o acontecimento, assim como o “imaginário individual/social” gestado/reproduzido, acabam sendo ferramentas necessárias para melhor entender os diferentes “modos” de se viver/sobreviver em determinado lugar (GUERRA, 1993).

Partindo dessa postura, a questão que se coloca é o como entendemos, portanto, o fenômeno cultural com o qual dialogaremos. De forma geral, o termo cultura abrange amplos horizontes da realidade social: a relação com o cultivo da terra; políticas públicas de formação e educação para o bom gosto (musical, artístico, esportivo etc.); fenômenos abordados pela Antropologia e Sociologia referentes a materiais, produtos e hábitos elaborados pelas diversas sociedades; elementos simbólicos e imagéticos com que os grupos, classes sociais e indivíduos se comunicam, produzindo as condições de significar os outros, os lugares e o mundo (WILLIANS, 2007). Para tal, vamos delimitar nosso entendimento de cultura a partir dos objetivos propostos, assim sendo, cultura será aqui trabalhada principalmente a partir da seguinte perspectiva:

A cultura hoje é mais do que utensílios e práticas temporalmente consolidadas, ela é também relações de valorização subjetivas de identidade e significação que se manifestam objetivamente ou simbolicamente no espaço, tanto na concretude dos territórios quanto no imaginário social de cada indivíduo (FERRAZ, 2007, p. 42).

Podemos evidenciar que o processo de entendimento da cultura na concepção da modernidade urbana e industrial, gestada desde a época das grandes navegações e tendo como epicentro o mundo europeu, afirma na ideia de uma sociedade globalmente mercantilizada, em que tudo é passível de se transformar em valor contábil (HAESBAERT, 1999). Desta feita, percebe-se que a cultura, hoje, deve ser entendida como um conjunto de elementos materiais e imateriais a abranger as várias esferas da vida social e da produção de conhecimento, tanto científico quanto artístico, religioso, cotidiano etc. Cultura hoje não é só a expressão dos elementos caracterizadores de dada simbologia comunitária, mas é também ela a base de produção de valor material e financeiro que permite o exercício da dominação assim como de manifestação de resistência a essa mesma lógica dominante.

Essa forma de entendimento vai ao encontro das atuais condições em que a dinâmica das relações sociais, na produção da lógica territorial, ressalva o sentido de identidade frente à crise advinda das mudanças ocorridas nos processos de produção e acumulação econômica (HALL, 2000; 2006). Complementar a essas mudanças, tem-se o “ordenamento” territorial por parte do Estado-Nação, assim como a ampliação de novas tecnologias de informação e comunicação, reconfigurando os processos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização (HAESBAERT, 1999; 2004), os quais redefinem os elementos culturais de identificação dos seres humanos com os lugares. Perante essa nova dinâmica societária, a questão da identidade cultural toma outros ares.

Pensando na especificidade do caso aqui abordado, qual seja, a identidade cultural no Mato Grosso do Sul a partir dos conflitos territoriais entre os proprietários rurais e os diversos grupos indígenas, temos uma rica expressão que o sentido de identidade a partir do aspecto cultura comum não consegue dar conta, tal a diversidade de elementos aí presentes.

Mesmo cientes que a diversidade cultural não esclarece toda a complexidade das diferentes posturas, tanto entre os grupos indígenas quanto entre as classes sociais e suas frações

dos não índios, ela pode nos auxiliar a uma melhor compreensão dos elementos simbólicos e políticos, técnicos e econômicos, manifestados nas atitudes e discursos dos grupos sociais em cada lugar que os mesmos se relacionam. Para tal, torna-se necessário pontuarmos o que compreendemos por identidade e, em decorrência desta, de identidade cultural.

Para não adentrarmos a um debate quase infindo sobre o que vem a ser identidade, cerceamos nosso entendimento a partir da dificuldade de delimitação. Dessa fragilidade conceitual é que percebemos a força desse termo/ideia fundamental para melhor compreender o sentido, ou sentidos, que tomam a vida de cada indivíduo no contexto sócio-espacial do mundo atualmente. De forma geral, podemos concordar com Guerra (1993) quando afirma ser esse conceito hodiernamente empregado para “integrar a diversidade das articulações e dimensões que a análise dos modos de vida está a exigir” (p. 63), ou seja, identidade:

É um conceito que pretende integrar a percepção e a ação sobre o mundo articulando, não apenas um sistema de representações e imaginários sociais, mas também uma rede de pertenças a categorias sociais específicas (GUERRA, 1993, p. 63).

Identidade, portanto, estabelece relação com o “modo de vida” elaborado pelas relações humanas em cada lugar em que as mesmas se territorializam, permitindo assim construir, ao longo do tempo histórico e pelas rotinas cotidianas, o sentido de pertencimento de cada indivíduo com seu grupo e meio. Para tal, os processos de *representações* dos valores, ideias, ações e relações precisam ser incorporados e reproduzidos por cada indivíduo no contexto dos ambientes que frequenta, reforçando e sendo reforçados pelo *imaginário social* constituído/constituidor dessa identificação.

Destacam-se dessa leitura dois conceitos que precisam ser mais bem esclarecidos. O primeiro se vincula ao sentido de *representação* que podemos empregar para nos posicionar frente aos nossos objetivos; o outro se refere propriamente ao entendimento de *imaginário social* aqui utilizado.

Representação, apesar de toda a polêmica e crítica que esse termo causa em meio aos novos estudos culturais, aqui será entendida a partir de sua abordagem mais usual, ou como define Ginzburg:

Nas ciências humanas fala-se muito, e há tempo, de “representação”, algo que se deve, sem dúvida, à ambiguidade do termo. Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença (GINZBURG, 2001, p. 85).

É por meio da representação que os seres humanos têm acesso, ou elaboram os sentidos do mundo. Através das representações (escritas, figuradas ou imaginadas) que a complexidade do real se torna presentemente compreensível, ou aceitável, para os indivíduos em sociedade. É por meio, portanto, das representações que o imaginário social significa e dá sentido ao viver.

Nesse ponto, a relação entre representar o mundo, a imagem do mundo e o imaginário social se estabelece. Aí o papel do imaginário como “conjunto de representações, crenças, dese-

*jos, sentimentos, através dos quais um indivíduo ou um grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo*” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.139) permite-nos entender o aspecto mais dinâmico deste enquanto constructo social.

O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis de suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições [...] O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva [...] Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto de conflitos sociais (BACZKO, 1985, p. 309-310).

A partir desse substrato conceitual, qual seja, em decorrência dessa forma de entendimento do imaginário social, da produção de representações sociais, e da interação desses no estabelecimento de determinados modos de vida, temos a base para se discutir a questão da identidade enquanto referencial cultural que no mundo de hoje parametriza as diferentes visões, assim como de conflitos econômicos e socio-culturais, que se manifestam e se territorializam em diferentes lugares.

O sujeito vem sofrendo mudanças significativas, pois o sujeito, que antes era visto como possuidor de um núcleo unificado e estável, está se tornando fragmentado, passando a ser composto não de uma única, mas de várias identidades contraditórias ou não resolvidas. O sujeito começa a assumir identidades diferentes em diferentes direções. Em outros termos, podemos dizer que o processo de identificação está sendo continuamente deslocado.

A crise de identidade tem a ver com o fato de que velhas identidades, que antes desempenhavam um importante papel de estabilização do mundo social, estão em declínio. Tal declínio acarretou o surgimento de novas identidades e, conseqüentemente, fragmentou o indivíduo moderno, que, de unificado, passou a ser fragmentado.

Hall (2006) propõe-se a analisar esse fenômeno - crise de identidade – partindo da tese de que tem ocorrido uma mudança estrutural nas sociedades modernas. Essa mudança estrutural tem modificado e fragmentado o entendimento do que seja classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, assim como nosso modo de ver, de entender e de se relacionar com as identidades pessoais dos indivíduos. Segundo esse autor, essa mudança estrutural de fundo tem abalado a ideia que fazemos de nós mesmos. É essa perda de um “sentido estável” que tem provocado, pois, o deslocamento e o descentramento do sujeito. Deslocamento de seu lugar no mundo social e cultural (a globalização seria uma das causas disso) e deslocamento de si mesmo.

Outro aspecto a ser destacado em relação à identidade é que essa produção realiza-se paralelamente ao trabalho de produção da diferença, pois ambas implicam um movimento de construção simbólica e discursiva, assim a definição da identidade e a marcação da diferença não podem ser separadas das relações mais amplas de poder. Ou seja, tanto a construção discursiva da identidade quanto da diferença jamais são inocentes, uma vez que elas requerem uma série de procedimentos que traduzem essas noções, tais como: inclusão/exclusão, questões

de pertencimento, as que demarcam fronteiras como “nós e eles”, que classificam de “bons e maus” de “puros e impuros” de “desenvolvidos e primitivos” de “modernos e atrasados”.

Para Silva (2004), isso é fruto de uma relação social que possui um vínculo estreito com o poder; quem está no poder político, econômico, do conhecimento ou midiático estabelece a partir de seu olhar como deve ser o “nós” e quem são os “outros” por nós identificados. Isso significa dizer “o que somos” está na estreita relação de também dizer “o que não somos”. A identidade é, pois, uma construção simbólica e imaginada, mas que se materializa em gestos, ações, posturas e expressões que “naturalizam” e simplificam as diferenças e semelhanças que alguns necessitam para colocar certa ordem idealizada no mundo a partir de suas perspectivas. Portanto, na tessitura dos discursos, reserva-se um lugar de unidade e de pertencimento para “nós” e um lugar de reconhecimento de diferenças para o “eles”.

Tendo isso como pressuposto, podemos ir caminhando na direção de nossas argumentações quanto ao sentido de identidade cultural aqui focada. Cientes da complexidade do termo, faremos um recorte na abordagem para viabilizar nosso percurso analítico. Elegemos, a princípio, dois enfoques quanto ao sentido de identidade cultural.

Uma das formas mais usuais de se ler a questão da identidade cultural é assim definida.

A identidade cultural é vista como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado. Ela se fixa como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos se sentirem mais próximos e semelhantes (MARINHO, p. 83)<sup>7</sup>.

No entanto, perante a dinâmica e complexidade do mundo contemporâneo, fruto da fragmentação e flexibilização das condições econômicas de produção e acumulação, os processos de relações sociais se tornaram mais voláteis, com novos referenciais de comportamento a reelaborarem os sentidos comunitários. Diante disso, o significado de identidade cultural toma sentidos mais diversos.

[...] identidade não é una e estável, está sujeita a uma multiplicidade de manifestações, por vezes díspares e inusitadas, assim, não existiria uma essência individual à qual a pessoa permanece fiel ou comprometida, a identidade seria continuamente emergente, reformada e redirecionada na medida em que os indivíduos se movem na constante mudança de fórmulas e categorias (Idem, *ibidem*, p. 85).

Percebemos que as duas definições apontam para situações antagônicas. A primeira foca nos elementos de estabilidade e harmonia que o indivíduo encontra no contexto ambiental do grupo ao qual se relaciona. Aí ele identifica segurança, apoio coletivo, possibilidade de sobrevivência, reconhecimento social. Não se sente estranho ao meio, pelo contrário, fortalece seu sentido de estar entre os comuns.

---

<sup>7</sup> MARINHO, Thais A. Os Caminhos da Identidade em um Mundo Multicultural. Disponível em: <[http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/revista\\_forum\\_identidades/revistas/ARQ\\_FORUM\\_IND\\_5/SESSAO\\_L\\_FORUM5\\_02.pdf](http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_5/SESSAO_L_FORUM5_02.pdf)>. Acesso em 13/05/2010>.

Já a segunda definição se relaciona com os aspectos instáveis e conflitantes, fazendo que os indivíduos tateiem a possibilidade de identidade a cada situação e ambiente em que se encontram. Inviabiliza-se a busca por uma identidade de essencialidade uniforme, mas ocorre sim uma pluralidade de manifestações identitárias que fragmenta os grupos e multiplica os referenciais individuais a cada lugar em que territorializam suas ações existenciais<sup>8</sup>.

Almejamos destacar dessas duas definições, para o caso aqui estudado, como ambas apontam para aspectos específicos do sentido de identidade a cada uma das partes em conflito no Mato Grosso do Sul. Os indígenas podem ser facilmente classificados como um grupo social mais coeso em suas tradições, ou seja, “*partilha as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado*” (Idem, ibidem, p. 83); contudo, por estarem dialeticamente envolvidos na tensão com os projetos de modernização econômica perpetrados pelos interesses dos proprietários de terra, sofrem conflituosamente dessa “*multiplicidade de manifestações*”, alterando seus referenciais identitários tradicionais e sofrendo da “*constante mudança de fórmulas e categorias*” (Idem, ibidem, p. 85).

Com outras características, essa dubiedade identitária também ocorre entre o grupo de fazendeiros envolvido na disputa. Apesar das características comuns entre gostos musicais e de lazer, formas de se vestir, meios de se locomover, hábitos alimentares, estrutura familiar, tipos de moradia, poder econômico e influências políticas etc., se insere num coletivo social muito mais complexo e diversificado que se caracteriza pela competitividade extrema entre os seus membros em prol de mais riqueza e poder. Essa postura, central às suas relações individuais e coletivas, faz com que nada de muito estável, enquanto aspectos afetivos e subjetivos do imaginário individual, se consolide.

Devido às rápidas mudanças na lógica do mercado, tanto em escala local quanto mundial, ocorre uma luta pela sobrevivência individual que impõe constantes novos acordos societários e atitudes diversas em conformidade com os locais e as pessoas nestes presentes.

Tal instabilidade social, assim como a pressão econômica e política advindas de outras instâncias e instituições, muitas das quais localizadas em lugares além dos limites fronteiriços do Estado e do país, fazem com que a identidade cultural daí decorrente seja fragmentada, polissêmica e volátil.

As diferenças entre as duas formas de entendimento de identidade cultural podem produzir imagens simplificadas da questão, as quais delineiam os modelos representacionais com que cada parte lê a outra. Ou seja, de um lado, temos a identidade dos grupos indígenas, secularmente injustiçados e expropriados. De outro, os fazendeiros, inovadores e empreendedores. Ou então, de um lado temos os índios como preguiçosos e incapazes de se adequarem ao padrão eficiente da produção tecno-científica atual. De outro, os fazendeiros, secularmente apoiados pela ação estatal, perpetrando a lógica exploratória e destruidora das riquezas naturais e da população injustiçada socialmente.

<sup>8</sup> O debate sobre a identidade cultural é muito mais amplo e complexo do que o exposto aqui. Optamos em delimitar nossa argumentação a partir dessas duas definições pelo aspecto das mesmas parametrizarem o contexto de nossas ideias, sem incorrer em graves incongruências teóricas. Para mais detalhes sobre as diversas noções de identidade cultural, ver: Bauman (2006); Haesbaert (1999; 2004); Hall (2000; 2006); Oliveira Filho (1999).

Essas formas de cada um representar o outro significam a eleição de uma dada imagem de si para si mesmo. Dessas diferenças de perspectivas representacionais temos a produção de um imaginário que espelha essa conflituosa identidade cultural. A dubiedade, portanto, passa a ser a tônica desses modelos identitários sob a base do referencial cultural. Ao mesmo tempo em que apresentam determinadas imagens generalizantes, enraizadas nas condições concretas de vida, também instauram a ausência de significados mais ricos e diversos com que cada modo de vida produz sua dinâmica de relações sócio-espaciais. Desta feita, o reconhecimento do outro fica restrito a um sentido vago e impreciso, o qual reverbera na dificuldade de se entender a si mesmo nessa relação.

A solução tomada para superar essa vacuidade representativa é a radicalização dessa forma de abordagem dicotomizada: do eu em relação ao outro, do sujeito em relação ao objeto, de um modo de vida correto em relação a um modo de vida prejudicial, da verdade em relação a mentira. Assim, o aspecto de quem tem razão nessa disputa passa a ser a tônica, cabendo, por conseguinte, a determinado grupo ganhar a disputa, ou seja, conseguir, no interior da lógica espacial das relações societárias hegemonicamente praticadas, articular as imagens mais representativas de sua forma de ler a situação. Diante de tal imperativo, a tendência à vitória fica do lado dos proprietários rurais.

Contudo, essa forma de ler o conflito tende a limitar a questão a uma relação entre culturas, ou modos de vida de uma cultura em anteposição mecânica a outra. Essa distinção se relaciona a uma forma de ver o mundo, e produzir conhecimento sobre o mesmo, pautada na cisão entre sujeito e objeto de análise. O objetivo, no contexto dessa análise dicotomizada, se restringe pela busca por uma verdade última e essencial, o que acaba por obliterar os aspectos mais complexos e dinâmicos dos elementos em jogo.

Nossa postura aqui visa não ficarmos presos a esse padrão analítico, para tal, torna-se necessário deslocar o foco do determinante cultural, mas preservando sua pertinência analítica, para os aspectos espacializantes do referencial territorial na elaboração do sentido de identidade. Mas, para viabilizar essa mudança de perspectiva, a forma de se exercitar a linguagem científica deve sofrer mudanças, para não se insistir em análises restritas a dicotomização, tanto conceituais quanto de valorização ética da resposta “verdadeira”.

Partindo do modo de vida na perspectiva das culturas não-indígenas ocidentais, podemos sistematizar as abordagens dualistas sobre a questão da identidade, a partir do conflito de interesses e formas de uso da terra em Mato Grosso do Sul, da seguinte forma.

De um lado, temos os fazendeiros, que contam com apoio de boa parte da mídia e dos vínculos políticos institucionais, para consolidar a leitura de que as terras não podem ser demarcadas como Reservas indígenas, mas exploradas economicamente para aumentar a riqueza produzida. De outro, encontramos os indígenas, com apoio de parcelas de não-indígenas (pesquisadores, ONG's, movimentos populares) que reivindicam a re/demarcação de terras como forma de proteger as condições e modos de vida das populações indígenas, historicamente perseguidas em nome dos determinantes econômicos do mercado. Reforça-

-se assim, no imaginário coletivo, uma maneira de idealizar os indígenas como seres quase não humanos, expressões de uma natureza ingênua, rica e pura<sup>9</sup>.

Da tensão de perspectivas, emergem imagens simplificadas das partes envolvidas, as quais se articulam em discursos delineadores de modelos representacionais que presentificam a realidade dos fatos, ao mesmo tempo em que tornam ausentes muitos dos elementos constituidores do conflito.

Ler os indígenas como algo uniforme, harmoniosos com a natureza, ingênuos, quase crianças em sua pureza, é elaborar imagens que tornam ausentes a complexidade de elementos que permeiam as relações entre os mesmos. Contudo, essa forma de representar a eles aponta para a necessidade de uma compensação após tantos séculos de destruição de seus valores culturais e perdas de seus territórios, os quais são fundamentais para manter o modo de vida existente desde antes de Colombo chegar à América.

Quem assim lê os indígenas, representa os proprietários como aqueles que, secularmente, contaram com o apoio das estruturas estatais para perpetrarem um novo padrão de uso do território, que se pauta na exploração maximizada dos recursos naturais, assim como de acumulação, sempre crescente, nas mãos de poucos, da riqueza produzida por grande parcela da população explorada em sua força de trabalho. Tal desdobramento imagético presentifica fatos reais quanto ao sentido da re/demarcação de terras em Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, as imagens elaboradas por aqueles que se identificam com os discursos enunciados pelos proprietários rurais também expressam essa dualidade representacional: entendem suas ações como necessárias para ampliar a riqueza do Estado, criando novos empregos e dinamizando a economia local, produzindo alimentos e permitindo melhores condições de vida para um conjunto maior da população.

Quem assim lê o papel dos fazendeiros, representa os indígenas como povos atrasados, incivilizados, que precisam de grande quantidade de terras para apenas caçarem alguns animais. Essas terras acabam improdutivas, sem acumular ou agregar valor, aumentando ainda mais o desemprego e diminuindo a quantidade de geração de alimentos<sup>10</sup> para o conjunto da sociedade.

<sup>9</sup> Essa dualidade de leitura pode ser entendida historicamente a partir dos estudos de Abreu (2001), quando explica que os europeus, ao aqui chegarem, movidos pelos interesses econômicos, necessitavam crer em monstros e enfrentar índios selvagens e bestializados como forma de aumentar o valor dos produtos daqui comercializados. Contudo, muito do contato com os nativos gerou uma visão oposta, aquela que os lia como seres infantis, produtos de uma natureza dócil e pura, fácil de serem dominados. “[...] duas tendências antagônicas manifestaram-se entre os cronistas; a primeira, insistente em se submeter às crenças arraigadas na mente popular, confirmou a existência de tais monstros; e a segunda, que enxergou o índio como física e moralmente bem constituído e vivendo consoante às leis da natureza. Aquela corroborou com o discurso da conquista, incluindo a catequese. Esta tornou-se referência para a idealização romântica do selvagem e paisagem americana [...]” (ABREU, 2001, p. 50).

<sup>10</sup> Não vamos aqui adentrar nessa polêmica, que centralizou boa parte dos debates presentes na mídia regional, tanto a impressa quanto a eletrônica, sobre a questão da demarcação das terras indígenas diminuírem a produção de alimentos e geração de empregos. É claro que a riqueza produzida, pela perspectiva da economia capitalista, tende a diminuir com a demarcação de terras para os indígenas, mas a ampliação de áreas produtivas reivindicadas pelos fazendeiros não seria destinada necessariamente para a produção de alimentos e nem aumentaria consideravelmente o número de empregos, pois a mecanização do campo e as grandes extensões de terras destinadas a soja e cana de açúcar assim comprovam.

Como a discussão sobre essa polêmica está se dando pela perspectiva dos não-indígenas, a solução perante esse impasse de leituras e objetivos acaba sendo a de se tomar o outro, no caso os indígenas, como: ou atrasados que precisam se incorporar aos novos padrões culturais do modo de vida tecno-industrial dos civilizados urbanos; ou como um grupo cultural injustiçado que precisa ter seu modo de vida tradicional preservado do danoso contato com os brancos.

Os indígenas são, portanto, padronizados e anulados em suas singularidades e especificidades para mais facilmente serem representados como o diferente que podemos eleger, tanto os que atacam seu modo de vida quanto aqueles que os defendem, como o “outro”<sup>11</sup>. Ao assim serem classificados, permite-nos encaixá-los em nosso referencial de leitura, em nosso imaginário individual/coletivo que nos identifica como os que se encontram do lado de cá em relação àqueles grupos e indivíduos localizados do lado de lá dos limites fronteiriços.

Quando estabelecemos tal cisão identificatória, os do lado de lá passam a ser nosso objeto, o qual pressupõe um sujeito, ou seja, “nós”. Enquanto sujeitos, tomamos os indígenas como objeto de nossas preocupações e estudos, permitindo assim nos relacionar com eles por meio do ataque ou da defesa do modo de vida, do padrão cultural inerente aos mesmos.

Esta forma de entender o “outro” se fundamenta em dois aspectos que se complementam. O primeiro é o sentido de *tempo histórico*; o segundo é o da construção da ideia de *identidade nacional* sob um mesmo Estado.

O primeiro aspecto leva a uma abordagem de tempo histórico evolutivo, retilíneo e progressista. Esse entendimento de tempo histórico é elaborado a partir da percepção da sociedade moderna ocidental, desde as grandes navegações, de que seu movimento é um contínuo avançar de causa e efeito rumo a consolidação das estruturas do mercado, da tecno-ciência, da lógica da vida urbana e da realização societária fundada na legalidade institucional das relações político-democráticas atuais.

Perante tal linha evolutiva da história contemporânea, resta aos indígenas, que resistem a essa lógica temporal, se integrarem ao mesmo padrão para não serem eliminados e esquecidos frente a essa força centrípeta que a todos envolve e subjuga. Para os que anseiam defender a diversidade cultural<sup>12</sup>, assim como a necessidade de se respeitar os diferentes modos de vida, a solução frente a essa linha uniformizante de tempo é criar espaços em separado, nos quais esse sentido temporal possa ser interrompido e afastado, permitindo assim preservar culturas que não mudem, mas se cristalizem e se eternizem em seus referenciais próprios.

---

<sup>11</sup> A partir daqui, toda vez que empregarmos aspas nos termos pronominais “eu”, “nós”, “outro”, “outros” e “outrem” será por entendê-los como conceitos orquestradores dos discursos identitários. Para mais detalhes sobre a relação entre o “nós” e o “outro” no choque de cultura entre os nativos americanos e os europeus ver de Tzvetan Todorov “A Conquista da América” (1996).

<sup>12</sup> Estamos, obviamente, simplificando e generalizando os referenciais teóricos e os argumentos de um grande número de pesquisadores, assim como de instâncias e movimentos sociais e institucionais, que defendem a causa indígena. A justificativa para essa generalização se deve ao fato de, apesar de boa parte dos argumentos em prol da demarcação das terras indígenas não necessariamente se atrelar às ideias de isolamento e de imobilidade das culturas nativas, como se fundamentam numa concepção dicotomizada da relação sujeito/objeto, ou seja, do “nós” em relação ao “outro”, tendem a perpetuar o que entendemos por desconhecimento da dinâmica territorial, desfocando o sentido histórico e espacial que poderia indicar outras perspectivas analíticas e políticas mais instigantes.

O segundo aspecto é complementar a essa ideia de tempo retilíneo e uniformemente evolutivo. Nele encontramos a consolidação desse desenvolvimento temporal na realização do Estado moderno, o “administrador” do território, que deverá ser lido e aceito pela diversidade de grupos sociais, localizados no seu interior, como uma instância que historicamente lhes pertencem, da qual fazem parte, edificando assim uma identidade comum, uma “identidade nacional”.

A efetivação de tal identidade nacional leva a “nós”, formadores dessa nação, eleger como o “outro” todo aquele que resiste aos mesmos valores culturais eleitos como padronizadores de nossa chamada “brasilidade”. Caso o “outro” não queira ser um de “nós”, necessariamente será eliminado. A alternativa a essa solução genocida é apresentada por aqueles que lutam para compensar as injustiças e tragédias perpetradas historicamente em nome da consolidação do nosso Estado sobre o conjunto do território nacional.

Para não destruir essas culturas, que aqui já se encontravam antes da vinda dos colonos europeus e escravos africanos, é necessário garantir institucionalmente as condições básicas de seus modos de vida próprios. Essa garantia se dá através da re/demarcação de seus territórios e proteção dos mesmos por meio de um Estado democrático e mediador das diferenças.

As respostas, portanto, caminham por pares. Pela perspectiva dos detentores do poder econômico e midiático, tem-se a incorporação/eliminação do “outro”; o caminho alternativo se dá pela conservação/separação do “outro”. O que ambos os pares denotam é a delimitação de um “outro” distante e estranho em relação a “nós”, tornando-o objeto de nossas preocupações, devendo ser eliminado ou isolado<sup>13</sup>.

O risco dessas perspectivas é se esquecer que o sentido de tempo nunca é uniforme, mas diverso, portanto não existe um tempo padrão capaz de delimitar o nível de evolução de uma sociedade por meio de comparação entre quem se encontra mais atrasada em relação ao nosso referencial; mesmo que nossa sociedade possua tecnologias mais sofisticadas que as indígenas, não há como comparar, pois são diferentes formas de encarar o sentido e a vivência do tempo. Complementar a essa leitura de inviabilidade de um padrão temporal único, encontramos a impossibilidade de isolar no espaço uma cultura com seu ritmo temporal próprio, já que toda cultura se faz por transformações, contatos, tensões e mudanças.

A mesma observação, com as devidas adequações, se aplica ao sentido de identidade nacional. A ideia de “identidade nacional” não foi “naturalmente” gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência com um “*fato da vida auto-evidente*” (BAUMAN, 2006, p. 26), mas foi construída modernamente a partir de forças e interesses que permeavam a consolidação da atual organização territorial hegemonicamente praticada.

---

<sup>13</sup> Insistimos que essa genérica classificação de pesquisadores e defensores da causa indígena visa justificar nossa argumentação quanto a necessidade de se ter outra postura teórica frente ao sentido de território no processo de entendimento da identidade a partir da diversidade cultural em foco. Ao analisarmos a maioria dos trabalhos feitos por esses intelectuais e agentes políticos, podemos ver que os sentidos de “isolamento” e “preservação” cultural dos indígenas, quando trabalhados, são bem mais ricos do que aqui apresentados. Ver, entre tantos, por exemplo, os trabalhos de Oliveira & Freire (2006), Araújo (2006), Luciano (2006), Barroso-Hoffmann & Souza Lima (2002), Oliveira Filho (1999).

No caso da sociedade brasileira, esta foi formada a partir de uma miscigenação, hibridização, ou seja, somos um povo que surgiu de uma grande confluência entre diversas etnias. No entanto, com a consolidação do Estado sobre a diversidade territorial, a imagem de nossa identidade tendeu a estabelecer modelos representativos que visam uniformizar essa diversidade.

O Estado-nação moderno foi estruturado a partir dessa ideia unívoca de sociedade, cuja articulação de um tempo pedagógico permitiu fundar a memória da nação como uma memória unificadora da identidade do presente. Esta memória é garantida pela anulação dos tempos disjuntivos que corroem a textualidade do discurso identitário bem como garante a homogeneização das diferenças, portanto das multitemporalidades (SILVA, 2004, p. 3).

Diante dessas imagens de homogeneização das diferenças culturais e temporais, o sentido de identidade nacional, no caso específico da sociedade brasileira, tendeu a eleger determinadas imagens padronizadoras desse caráter identificatório. Tanto o homem trabalhador, cristão e cordial, majoritariamente branco, quanto o preguiçoso, malandro e voltado aos prazeres imediatos, em sua grande maioria de ascendência negra, delimitavam o imaginário de quem somos “nós” brasileiros<sup>14</sup>.

Nessa igualação da diferença, o papel do índio foi relegado a uma instância outra, estranha a esse conjunto identificatório. A consequência disso foi que os grupos indígenas, notadamente os que resistiram ao contato com os valores culturais da “sociedade brasileira”, eram considerados selvagens, eram os “outros”, os estranhos em relação a “nossa” identidade nacional.

A eleição do índio como o “outro” permite não enxergarmos que “nós” somos diversos, diferentes e profundamente desiguais socialmente. Tal forma de ler a esses grupos culturais como “o outro” justificou a marginalização dos mesmos frente à realização do projeto identitário nacional, de efetivação do domínio do Estado perante a diversidade territorial. Mas a consolidação desse poder estatal também se dá quando se luta para preservar em áreas isoladas as culturas estranhas ao sentido moderno e majoritário de realização do mesmo projeto de identidade nacional.

Eliminando ou isolando as culturas indígenas a partir de uma noção de tempo uniforme e unidirecional, assim como da leitura de um único arranjo espacial decorrente da somatória de suas partes no conjunto do Estado-Nação, consolida-se a abordagem dicotômica com que se lê a realidade. Essa leitura se pauta na busca por uma solução da questão do “outro” tendo como princípio o distanciamento e o decorrente estranhamento do mesmo; ao delimitarmos de forma generalizante a imagem que fazemos do “outro”, acabamos por também criarmos uma representação vazia a expressar o grande desconhecimento de quem realmente somos “nós” nesse processo<sup>15</sup>. A busca do sentido de identidade nesse contexto torna-se bastante problemática.

<sup>14</sup> Essa forma de representar o caráter ou psicologia cultural do brasileiro, a partir desses dualismos entre cordial e malandro, entre trabalhador e preguiçoso, entre branco e negro etc., deve-se a sistematização que elaboramos a partir de texto clássicos de Sergio Buarque de Holanda (1997), Darcy Ribeiro (1995), Dante Moeira Leite (2003) e Paulo Prado (1997).

<sup>15</sup> Essa dificuldade de reconhecer que dentre “nós” encontram-se “outros”, exatamente por não conseguirmos identificar as profundas desigualdades sociais, é o que Haesbaert aponta em seus estudos sobre identidade territorial brasileira. “Uma das principais questões ligadas à identidade, contudo, é a dificuldade em reconhecer o ‘simplesmente Outro’, tendendo-se sempre, por meio de um processo classificatório, a padronizar, criar um parâmetro único de comparação, hierarquizando ou ‘desigualizando’ aquilo que deveria ser visto apenas como diferente” (1999, p. 175-176).

A insistência na ideia de identidade cultural a partir da relação dicotomizada entre o sujeito, “nós”, em relação ao objeto, os “outros”, não permite que saíamos do vício de efetivamente não reconhecermos a leitura territorial que os indígenas fazem e que pode estabelecer contato com nossos referenciais sem que isso signifique a perda de seus parâmetros identitários, mas também não se traduz em imutabilidade cultural.

Entendemos que, para melhor nos posicionarmos nessa questão, devemos deslocar a atenção da relação da identidade a partir do determinante cultural para o sentido propriamente da territorialidade em que esta acontece. Contudo, esse deslocar significa não restringir a discussão da identidade a partir da organização discursiva que estabelece a cisão entre o “nós”, sujeitos do discurso, frente aos “outros”, o objeto de nossos discursos.

## CONCLUSÃO

Nesse aspecto, a discussão sobre a perspectiva cultural apenas, acaba interferindo na consolidação de determinado imaginário sobre os problemas da re/demarcação das terras indígenas, restringindo o conjunto social de criar perspectivas outras, para além do que se tenta delimitar o debate, ou que se considere como respostas possíveis: demarcar/isolar ou produzir/integrar as terras indígenas em Mato Grosso do Sul.

Delineamos desta forma o sentido de nossas reflexões, o de fundar a discussão da identidade a partir do sentido territorial, entendendo-a como processo constante de produção, no qual os conflitos e tensões não são problemas que possuem uma causa e, portanto, um solução em definitivo; entendemos que as tensões são aspectos inerentes à lógica da formação territorial da sociedade que vivemos, que os indivíduos devem aprender a como lidar para poderem criar outras potencialidades territoriais, permitindo que os diversos interesses possam ser superados em suas cisões em prol de justiça social e da riqueza humana, não se restringindo a fatores econômicos ou tecno-administrativos em si.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Mirhiane M. O Índio Brasileiro e a Concepção Romântica da Natureza. In: ARRUDA, Gilmar; VELÁZQUEZ, Torres; ZUPPA, Graciela (ogs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. Lonfrina, Pr. Ed. UEL, 2001, p. 49-64.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi** (Anthropos-Homem), v. 5, p. 296-332. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. **O que é Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FERRAZ, Cláudio Benito O. O estudo geográfico dos elementos culturais: considerações para além da Geografia Cultural. **Terra Livre**, AGB, v. 29, p. 29-50, 2007.

FERRAZ, Cláudio Benito O. Entre-Lugar: apresentação. **Entre-Lugar: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD**. Dourados, MS: Ed. UFGD, ano 1, n. 1, p. 15-31, 1º semestre de 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GORE, J. M. **Foucault e educação: fascinantes desafios**. In: SILVA, T.T. O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

GUERRA, Idalina. Modos de Vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia: problemas e Práticas**. Lisboa: CIES, ISCTE-IUL, CELTA, nº 13, março, p. 59-74, 1993.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA FILHO, João P. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PINHEIRO, Robinson S. **Geografia e literatura: diálogo em torno da construção da identidade territorial sul-mato-grossense**. Dourados/MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2010 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Mozart L. **História e interculturalidade: aspectos críticos à educação e ao multiculturalismo no Brasil**. Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

MARINHO, Thais A. **Os Caminhos da Identidade em um Mundo Multicultural**. Disponível em: [http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/revista\\_forum\\_identidades/revistas/ARQ\\_FORUM\\_IND\\_5/SESSAO\\_L\\_FORUM5\\_02.pdf](http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_5/SESSAO_L_FORUM5_02.pdf). Acesso em 13/05/2010.